



SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DA BAHIA (SEBRAE/BA)

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

NÍVEL SUPERIOR

CARGO 3

Aplicação: 30/11/2008

ANALISTA TÉCNICO I AUDITORIA

CADERNO DE PROVAS – PARTE II

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS REDAÇÃO

(MANHÃ)

ATENÇÃO!

- » Leia atentamente as instruções constantes na capa da Parte I do seu caderno de provas.
- » Nesta parte do seu caderno de provas, que contém os itens relativos à prova objetiva de **Conhecimentos Específicos** e a prova de **Redação**, acompanhada de espaço para rascunho, de uso opcional, confira inicialmente os seus dados pessoais, o número e o nome de seu cargo transcritos acima; em seguida, confira, no rodapé de cada página numerada deste caderno e na **folha de respostas**, o seu nome e os dados do seu cargo (número e nome).

AGENDA (datas prováveis)

- I **2/12/2008**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br.
- II **3 e 4/12/2008** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **30/12/2008** – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova de redação: Internet.
- IV **31/12/2008 e 2/1/2009** – Recursos (prova de redação): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- V **27/1/2009** – Resultado final da prova de redação e convocação para a perícia médica: Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 12 do Edital n.º 2 - SEBRAE/BA, de 19/9/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de **51 a 120** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

De acordo com a Instrução Normativa n.º 1-SFC/2001, técnica de auditoria é o conjunto de processos e ferramentas operacionais de que se serve o controle para a obtenção de evidências, as quais devem ser suficientes, adequadas, relevantes e úteis para a conclusão dos trabalhos. Acerca das técnicas e procedimentos de auditoria, julgue os itens a seguir.

- 51** Na técnica confirmação externa, a informação obtida de fonte externa oferece ao auditor maior grau de confiança do que a verificação efetuada na própria empresa. Essa técnica é também conhecida como circularização.
- 52** Evidência é toda prova obtida pelo auditor, em decorrência da aplicação de procedimentos de auditoria, para demonstrar se os critérios identificados na fase de planejamento estão sendo ou não atendidos, sendo classificada como analítica, física, documental ou testemunhal.
- 53** A técnica de auditoria corte das operações, ou *cut-off*, representa a fotografia do momento-chave de um processo.
- 54** A seleção sistemática ou por intervalo é a que assegura que todos os itens da população ou do estrato fixado tenham idêntica possibilidade de serem escolhidos.
- 55** O auditor dispõe de dois tipos diferentes de circularização: aparente e oculta.
- 56** Atividades de controle são tipos de atividades que, quando executadas a tempo e de maneira adequada, permitem a redução ou administração dos riscos. Quanto à detecção, as principais atividades de controle são: alçadas, autorizações, segregação de funções e normatização interna.
- 57** A correlação é a verificação do comportamento de valores significativos, mediante índices, quocientes, quantidades absolutas ou outros meios, com vistas à identificação de situações ou tendências atípicas.

Quanto a normas e procedimentos internacionais de auditoria, julgue os itens seguintes.

- 58** Os trabalhos de auditoria interna devem envolver *follow-up*, ou seja, os auditores internos devem verificar se estão sendo tomadas medidas adequadas a respeito de descobertas relatadas em auditorias anteriores.
- 59** O auditor interno deve possuir conhecimento suficiente para identificar indicadores de fraude, pois se espera que ele tenha a especialidade de uma pessoa cuja responsabilidade principal seja detectar e investigar fraudes.
- 60** A característica que distingue o parecer-padrão com linguagem explicativa do parecer-padrão é a existência de circunstâncias que exigem a adição de um parágrafo de ênfase.
- 61** Denomina-se processo de transparência corporativa os procedimentos utilizados pelos representantes dos proprietários (por exemplo, acionistas) para atribuir responsabilidades sobre riscos e processos de controle administrados pelas gerências.
- 62** Se uma comunicação final contiver erro significativo ou omissão, o diretor executivo de auditoria deve comunicar a informação correta à alta gerência e ao conselho da administração.

- 63** Embora a atividade de auditoria interna deva manter total conformidade com as normas e, os auditores internos, com o código de ética, pode haver ocasiões em que a total conformidade não seja atingida.

Os denominados princípios fundamentais de contabilidade são macrorregras para a política informativa patrimonial das aziendas ou entidades, baseados em doutrinas e teorias científicas, tendo por objetivos básicos uniformizar a terminologia, aproximar a imagem fiel do patrimônio e guiar as normas gerais reguladoras dos sistemas informativos.

Antonio Lopes de Sá. *Princípios Fundamentais de Contabilidade*.

A respeito dos princípios e das técnicas de contabilidade, tema abordado no texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 64** Segundo o princípio da competência, considerar-se-á realizada a receita quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, se ocorrer desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior.
- 65** No reconhecimento de exigibilidades, o princípio da prudência envolve sempre o elemento incerteza em algum grau, pois, havendo certeza, cabe, simplesmente, o reconhecimento dela, segundo o princípio da oportunidade.
- 66** A situação-limite na aplicação do princípio da continuidade é aquela em que há a completa cessação das atividades da entidade, quando determinados ativos, como, por exemplo, os valores diferidos, deixarão de ostentar tal condição, passando à condição de receitas.
- 67** A provisão para créditos de liquidação duvidosa constitui exemplo da aplicação do princípio da atualização monetária, pois sua constituição determina o ajuste, para menos, de valor decorrente de transações com o mundo exterior, das duplicatas ou de contas a receber.
- 68** No caso de doações recebidas pela entidade, existe a transação com o mundo exterior, com efeito quantitativo e qualitativo sobre o patrimônio. Como a doação resulta inegável aumento do patrimônio líquido, cabe o registro pelo valor efetivo da coisa recebedora, no momento do recebimento, segundo o valor de mercado.
- 69** O patrimônio pertence à entidade, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação de patrimônios autônomos não resulta em nova entidade, mas em uma unidade de natureza econômico-contábil.
- 70** Como resultado da observância do princípio da oportunidade, desde que tecnicamente estimável, o registro das variações patrimoniais deve ser feito mesmo na hipótese de somente existir razoável certeza de sua ocorrência.
- 71** O princípio da competência tem sido confundido, algumas vezes, com o da oportunidade, embora os dois apresentem conteúdos manifestamente diversos. Com o princípio da competência tem-se o conhecimento da variação e, no princípio da oportunidade, a determinação de sua natureza.

Acerca da legislação trabalhista, tributária, comercial, previdenciária e societária, julgue os itens subseqüentes.

- 72** Empregado em domicílio é a pessoa que presta serviços em sua própria residência ao empregador, que o remunera. É o que ocorre com as costureiras que trabalham em casa para o empregador, tendo remuneração.
- 73** O prazo máximo do contrato de experiência é de 90 dias. Ultrapassado esse período, o contrato passará a vigorar como se fosse por prazo indeterminado.
- 74** Constitui dívida passiva tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para o pagamento.
- 75** No caso em que o município não instituir e cobrar o IPTU, de sua competência tributária, o Estado não poderá fazê-lo.
- 76** O estabelecimento empresarial, por integrar o patrimônio do empresário, é também garantia de seus credores.
- 77** O limite de responsabilidade dos sócios, na sociedade limitada, é o total do capital social integralizado.
- 78** Sociedade em comandita simples é o tipo societário em que um ou alguns dos sócios, denominados comanditados, têm responsabilidade limitada pelas obrigações sociais.
- 79** A arrecadação decorrente das contribuições do PIS-PASEP serve para financiar o bolsa-família.
- 80** Seguridade social é gênero que engloba Previdência Social, Assistência Social e Saúde.

Ao contrário dos particulares, que dispõem de ampla liberdade quando pretendem adquirir, alienar, locar bens, contratar a execução de obras ou serviços, o Poder Público, para fazê-lo, necessita adotar um procedimento preliminar rigorosamente determinado e preestabelecido na conformidade da lei. Tal procedimento denomina-se licitação.

Celso Bandeira de Mello. Curso de Direito Administrativo.

A respeito do tema licitações públicas, abordado no texto acima, julgue os itens a seguir.

- 81** A licitação pública será dispensável quando não houver possibilidade de competição, porque só existe um objeto ou uma pessoa que atenda às necessidades da administração.
- 82** O princípio da vinculação ao instrumento convocatório dirige-se tanto à administração, que não pode descumprir as normas e condições do edital, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório.
- 83** O convite será o tipo de licitação escolhido quando o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a administração determinar que será o vencedor o licitante que apresentar o menor preço.
- 84** A investidura dos membros permanentes de licitação não excederá a 1 ano, sendo vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subseqüente.
- 85** A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório somente pode anular a licitação se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

No que concerne a convênios e contratos administrativos, julgue os seguintes itens.

- 86** Se o conveniado recebe determinado valor, este fica vinculado à utilização prevista no ajuste; assim, se um particular recebe verbas do poder público em decorrência de convênio, esse valor não perde a natureza de dinheiro público, podendo ser utilizado somente para os fins previstos no convênio.
- 87** A celebração de convênio pelos órgãos ou entidades da administração pública independe de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pela organização interessada.
- 88** Nos casos em que a proposta de preço for vantajosa para a administração pública, será permitida a celebração de contrato administrativo com prazo de vigência indeterminado.
- 89** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato deverá ser realizada por um representante da administração especialmente designado, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato.

Quanto às ferramentas informatizadas de análise e extração de dados, julgue os itens a seguir.

- 90** *Software* generalista de auditoria de tecnologia da informação envolve o uso de *software* aplicativo em ambiente *batch*, que pode processar, além de simulação paralela, uma variedade de funções de auditoria nos formatos que o auditor desejar.
- 91** O ACL (*audit command language*) é uma ferramenta de análise de dados utilizada, quando aplicável, como *software* de auditoria para extração de informações de arquivos em meios magnéticos para geração de relatórios de exceções.

O gerenciamento de riscos corporativos é um processo dinâmico. A avaliação de riscos não apenas dará origem a uma resposta aos riscos, mas também poderá influenciar as atividades de controle e destacar o fato de reconsiderar tanto as necessidades de informação e de comunicação da organização quanto as suas atividades de monitoramento.

COSO. Gerenciamento de Riscos Corporativos.

Acerca do assunto abordado no texto acima, julgue os itens de **92** a **100**.

- 92** Para que o ambiente interno seja eficaz, o conselho de administração deverá ser, no mínimo, composto em sua maioria por membros externos independentes.
- 93** Segundo a estrutura, os riscos corporativos são classificados em duas categorias: estratégicos ou de operação.
- 94** O gerenciamento de riscos corporativos é um processo em série, no qual cada componente afeta o seguinte.
- 95** Algumas companhias apresentam informações a órgãos ambientais. Esse requisito imposto externamente classifica-se na categoria objetivo operacional.
- 96** Eventos são incidentes ou ocorrências originadas a partir de fontes internas ou externas que afetam a implementação da estratégia ou a realização dos objetivos. Os eventos podem provocar impacto positivo, negativo ou ambos.

- 97** Os auditores internos desempenham uma função essencial ao avaliar a eficácia do gerenciamento de riscos corporativos e ao recomendar melhorias. O alcance da auditoria interna deve incluir o gerenciamento de riscos e o sistema de controle.
- 98** Uma das finalidades do gerenciamento de riscos corporativos é impedir o alinhamento do apetite ao risco com a estratégia adotada pela administração.
- 99** Análise dos indicadores de desempenho em conjunto com análise dos relacionamentos e das medidas de investigação e correção funciona como atividade de controle.
- 100** Em princípio, todos os membros de uma organização possuem alguma responsabilidade pelo gerenciamento de riscos corporativos.

Com relação à Constituição Federal (CF) e à legislação aplicável às micro e pequenas empresas no Brasil, julgue os itens a seguir.

- 101** A CF, no tocante ao tratamento diferenciado que deve ser dispensado às micro e pequenas empresas, menciona as três esferas da administração e se refere a três tipos de discriminação: eliminação, redução e simplificação de obrigações.
- 102** Considerando que uma empresa apresentou, relativamente ao ano-calendário, a relação de contas a seguir, é correto afirmar que, pelo critério do limite da receita bruta, tal empresa poderá enquadrar-se na condição de microempresa.

conta	valor (em R\$)
vendas de bens	280.000
descontos comerciais sobre vendas	10.000
descontos financeiros a clientes	5.000
abatimentos	5.000
vendas anuladas	20.000

- 103** A distribuição de lucros aos sócios da microempresa ou empresa de pequeno porte não está sujeita à incidência do imposto de renda, independentemente de limites, quando o valor de tais lucros puder ser demonstrado mediante escrituração contábil.
- 104** Atualmente, é objeto de contestação judicial a dispensa de pagamento, por parte das micro e pequenas empresas optantes pelo SIMPLES Nacional, das contribuições para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical.
- 105** As empresas de assessoria e consultoria podem ingressar no SIMPLES Nacional efetuando o recolhimento unificado de tributos e contribuições, desde que não se dediquem a outras atividades.

A respeito da realidade e da situação atual das microempresas (ME) e das empresas de pequeno porte (EPP), julgue os itens de seguintes.

- 106** O conceito de pessoas ocupadas abrange não só os empregados de uma empresa, mas também os seus proprietários. Há um expressivo número de micronidades empresariais que não têm empregados, mas contribuem para gerar renda para seus proprietários.
- 107** A chamada *home office* apresenta vantagens e desvantagens. Entre as vantagens estão incluídas a manutenção de privacidade pessoal, a facilidade para dosar a carga de trabalho e a fácil sucessão, nos casos de transição.
- 108** O SEBRAE, ao atuar em arranjos produtivos locais, tem por objetivo promover a competitividade e a sustentabilidade dos micro e pequenos negócios. Tais arranjos se caracterizam pela concentração, em um espaço geográfico heterogêneo, de empresas que operem em atividades diversificadas, e mantenham vínculos com outras aglomerações do mesmo tipo.
- 109** As pesquisas mais recentes do IBGE sobre a economia informal urbana, em parceria com o SEBRAE, revelaram, surpreendentemente, que a maior parte das empresas mantém escritório contábil, possui constituição jurídica e tem licença municipal ou estadual.
- 110** A adoção da contabilidade simplificada não dispensa a obediência às normas brasileiras de contabilidade. Nesse sentido, embora as receitas devam ser escrituradas com base no regime de competência, se houver opção pelo pagamento dos tributos com base na receita recebida, as micro e pequenas empresas deverão efetuar ajustes a partir dos valores contabilizados, com o intuito de calcular os valores a serem recolhidos.
- 111** As micro e pequenas empresas deverão elaborar e transcrever o balanço patrimonial e a demonstração do resultado, que terão de ser assinados por profissional habilitado e registrado.

Com relação às políticas públicas e especialmente o apoio às ME e EPP, em particular no que se refere às exportações, julgue os itens de **112 a 120**.

- 112** O microcrédito produtivo orientado é destinado a pessoas físicas e jurídicas com atividades de pequeno porte, que terão acompanhamento e receberão orientação durante o período do contrato. O objetivo é estabelecer um relacionamento direto com os empreendedores em cada local onde se desenvolva a atividade.
- 113** Entre as instituições autorizadas a operar no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), encontram-se as organizações da sociedade civil de interesse público, que são pessoas jurídicas de direito público e natureza comercial especialmente qualificadas para o repasse dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).
- 114** O Conselho Monetário Nacional (CMN) é a instância responsável pela regulamentação do direcionamento obrigatório de parcela dos depósitos a vista dos bancos comerciais para os microempreendedores. Entre outros critérios, o CMN fixará a taxa de juros mínima para os tomadores de recursos e o prazo máximo das operações.

115 Os bancos comerciais que não aplicarem os recursos mínimos calculados sobre os depósitos a vista em operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores não poderão aplicá-los em outras operações ou para outros tomadores de recursos a taxas superiores às que seriam utilizadas nas operações destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores.

116 As pessoas jurídicas em geral que exportarem, com ou sem cobertura cambial, até o valor equivalente a US\$ 50,000.00, poderão utilizar, no despacho aduaneiro de bens, a declaração simplificada de exportação.

117 O registro legal de uma empresa é feito na junta comercial do estado ou no cartório de registro de pessoas jurídicas. O contrato social, que identifica o objeto da empresa, para ser válido, deve ter o visto de um advogado, exigência, todavia, dispensada para as microempresas e pequenas empresas.

118 O SIMPLES Nacional, instituído com a Lei Geral das Microempresas, de 2006, mas que só entrou em vigor em 1.º de julho de 2007, substituiu o SIMPLES Federal, de 1996, e constitui um tratamento tributário favorecido e diferenciado, aplicável às micro e pequenas empresas.

119 As ME e EPP que optarem pelo SIMPLES Nacional, mesmo escriturando os livros diário e razão, não estarão dispensadas do livro caixa, do qual deverá constar toda a sua movimentação financeira e bancária.

120 As dúvidas quanto à interpretação da legislação sobre o SIMPLES Nacional podem ser solucionadas mediante consulta a qualquer ente da Federação, que tem competência para se manifestar acerca dos tributos devidos pela ME ou EPP, respeitado o critério do domicílio fiscal do contribuinte, isto é, o(s) município(s) do(s) respectivo(s) estabelecimento(s).

PROVA DE REDAÇÃO

- Nesta prova, que vale **dez** pontos, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DE REDAÇÃO**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Determinado auditor ficou responsável pela preparação dos procedimentos de trabalho relativos à avaliação do controle interno da Empresa Delta. A documentação pertinente envolverá o conhecimento, o registro do controle identificado e a revisão do registro efetuado.

Na condição de auditor que realizará o trabalho descrito na situação hipotética acima, redija um texto dissertativo que aborde, necessariamente, os seguintes itens:

- ▶ como obter o conhecimento do controle interno;
- ▶ as formas de registro dos procedimentos de controle interno;
- ▶ procedimento a ser adotado na revisão em caso de identificação de falha de controle.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	